



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani
Yvyrupa - Conselho dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul -

ATY GUASU - COIAB

NOTA PÚBLICA PELO ASSASSINATO DO LÍDER SIMIÃO VILHALVA GUARANI

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, manifesta, em primeiro lugar, a sua solidariedade aos familiares e aos povos kaiowá e guarani, diante o assassinato do líder Simião Vilhalva, acontecido no dia 29 de agosto último, na Terra Indígena Ñande Rú Marangatú, em Antonio João, Estado de Mato Grosso do Sul, por ação direta de fazendeiros da região, numa verdadeira operação de guerra, liderada pela presidente do Sindicato Rural de Antônio João, Roseli Maria Ruiz. Neste território sagrado já tombaram Marçal de Souza Tupã'i, em 25 de novembro de 1983, Dorvalino Rocha, em 24 de dezembro de 2005, ano em que o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu os efeitos do decreto de homologação desta terra indígena.

Nesta ação dos ruralistas, planejada com a participação de parlamentares federais na sede do sindicato rural de Antonio João, mulheres e crianças saíram feridas. Uma criança de um ano de idade foi atingida nas costas e na nuca por bala de borracha, munição própria das forças de segurança pública.

Como se não bastasse, os fazendeiros perpetraram no domingo, 30 de agosto, novo ataque a uma das áreas retomadas na Terra Indígena Ñanderu Marangatú. Os ruralistas ocuparam a sede da Fazenda Piquiri.

A APIB repudia estas ações paramilitares que sob olhar omissivo e conivente do poder público vitimam mais uma liderança indígena. E não foi por falta de aviso. Antes dos fatos, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados pediu ao governo providências no sentido da atuação da polícia na prevenção de uma catástrofe. A movimentação da Força Nacional somente aconteceu após o anúncio do ataque dos ruralistas.

O Ministério da Justiça, principal responsável da paralisação das demarcações, mais uma vez omitiu-se das suas responsabilidades de zelar pelos direitos indígenas antes inclusive da Fundação Nacional do Índio – Funai, pois a ele é subordinada.

Para corrigir os seus erros – sua omissão e paralisia - cabe ao governo, neste momento crítico, em que ainda segmentos sociais da direita pleiteiam o seu fim, demonstrar de que lado está, e que é guardião do Estado de Direito e da democracia, garantindo em primeiro lugar o respeito ao direito originário dos povos indígenas às suas terras e a punição exemplar dos mandantes e executores do assassinato de lideranças indígenas. Do contrário, será de responsabilidade do governo o atual quadro e a continuação das violências praticadas pelos ruralistas contra os povos indígenas.

A APIB exige, assim, do governo Dilma rigor na apuração dos fatos e a punição dos autores intelectuais e materiais do assassinato do líder Simião Vilhalva, e que não permita mais o império da impunidade, a inversão de direitos, e ainda que órgãos do poder público estadual e local alinhados aos interesses dos ruralistas tomem conta da investigação, uma vez que, como é sabido, são subserventes a este segmento do poder econômico em Mato Grosso do Sul.

A APIB chama, por fim, a todos os povos e organizações indígenas do Brasil, e seus aliados, a se unirem e permanecer em estado de luta na defesa das terras e territórios indígenas, custe o que custar, para assegurar os direitos fundamentais, principalmente o direito originário à terra, reconhecidos pela Constituição Federal e os tratados internacionais assinados pelo Brasil

Brasília – DF, 31 de agosto de 2015.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL – APIB
MOBILIZAÇÃO NACIONAL INDÍGENA